N° 32

LEITURAS EM PAUTA

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO **ADI 7.400/MT**

6 DE OUTUBRO 2023

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



ADI 7.400/MT

Relator: Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

JULGAMENTO VIRTUAL: 06/10/2023 a 16/10/2023

Atividade mineradora: criação de taxa de fiscalização em âmbito estadual

Verificação constitucional – à luz do sistema de repartição de competências – acerca da Lei 11.991/2022 do Estado do Mato Grosso que, além de outras providências, instituiu a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) e o Cadastro Estadual de Controle e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (CERM).

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, consciente do seu papel informacional para o desenvolvimento e o aprimoramento dos saberes da Corte, lança o Leituras em Pauta, com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico sobre o tema do Processo Destaque que será julgado no Plenário Virtual, do Tribunal. Os interessados na leitura dos documentos que integram o estudo bibliográfico podem solicitar os artigos e capítulos de livros indicados à Biblioteca, por meio do e-mail biblioteca@stf.jus.br.

O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados assinadas e no banco de dados de gerenciamento de informações da Biblioteca.

Para pesquisar mais documentos sobre o assunto, acesse o CATÁLOGO online da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal por meio de consulta à página (http://www.stf.jus.br), opção Biblioteca / Consultas / Pesquisa ao Acervo. Essa pesquisa possibilita a busca no acervo das doze bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas, da qual o Supremo faz parte, recuperando referências bibliográficas de livros, folhetos, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ATAÍDE, Pedro. **Direito minerário**. 4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: JusPODIVM, 2022. 313 p. Conteúdo: Mineração e direito minerário. Sistema dominiais e Constituição minerária. Regulação econômica minerária. Regimes minerários. [1225879] CLD **STF 342.1245 A862 DMI 4.ED**.

CARESIA, Bruno Vinicius das Chagas; CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório de. TFRM mineira e a transferência para transformação dentro de Estado. In: AZEVEDO, Marcelo et al (coord.). **Direito da mineração**: questões minerárias, ambientais e tributárias. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 887-906. [1163370] CAM AGU

CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório de. A taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de mineração em Minas Gerais (TFRM) e as suas recentes alterações. In: MATTOS, Tiago de; FREIRE, William (org.). **Aspectos controvertidos do direito minerário e ambiental**: enfoque multidisciplinar. Belo Horizonte: Jurídica Editora, 2013. p. 5-41. [1009129] SEN AGU STJ TCD TJD TST **STF 342.1245 A838 ACD (DIG)**

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro et al. **Direito, justiça e poder de tributar**: questões fiscais das empresas de mineração: desafios para o desenvolvimento no estado democrático de direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. 137 p. Sumário disponível em: http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/72159. Acesso em: 5 out. 2023. [979187] STJ TJD **STF 341.392 C672 DJP 2.TIR**.

ESTEVES, Cristina Campos. Taxa anual: notas sobre a exação devida pelo minerador na autorização de pesquisa mineral. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental,** Belo Horizonte, v. 5, n. 26, p. 3185-3196, mar./abr. 2006. [758543] SEN CAM AGU CLD MJU STJ TCD TJD **STF**

FREIRE, Omar Farah. A regra-matriz de incidência tributária da taxa de mineração. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, n. 229, p. 102-116, out. 2014. Conteúdo: Critério material da TFRM. Critérios espacial e temporal da TFRM. Critério quantitativo da TFRM. Critério pessoal da TFRM. Trata da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais (TFRM) criada por alguns estados. [1032787] SEN CAM STJ **STF (DIG)**

GLADULICH, Ondina Leite da Cunha; TRINDADE, Renato Moreira. Taxa de fiscalização de recursos minerários: análise sob a ótica da Constituição. In: FREITAS, Rafael Véras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho (coord.). **A nova regulação da infraestrutura e da mineração**: portos: aeroportos: ferrovias: rodovias. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 517-528. [1070967] SEN CAM

GODOI, Marciano Seabra de; CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório de. Considerações críticas sobre a nova taxa de controle, monitoramento e fiscalização das atividades de mine-

ração em Minas Gerais (Lei Estadual n° 19.976, de 2011). **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, n. 209, p. 108-123, fev. 2013. [974422] SEN CAM STJ **STF (DIG)**

MACHADO, Hugo de Brito; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Direito tributário**: estudos de casos: competência para o lançamento do crédito tributário: natureza da taxa de mineração. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 101 p. Sumário disponível em: www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2015/fevereiro/1012281/sumario.pdf. Acesso em: 4 out. 2023. [1012281] SEN CAM TJD **STF 341.39 M149 DTC**

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Taxa de fiscalização mineral do Estado do Pará: exercício de competência impositiva outorgada pela Constituição Federal (arts. 23, XI e 145, II): exação constitucional. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 101, n. 919, p. 403-439, maio 2012. [939689] SEN CAM CLD MJU STJ STM TCD TJD TST **STF (DIG)**

MOREIRA, Bernardo Motta; CARVALHO, Guilherme Andrade. TFRM: a ADI n° 4.785/MG perdeu o objetivo? In: AZEVEDO, Marcelo et al (coord.). **Direito da mineração**: questões minerárias, ambientais e tributárias. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. p. 863-886. Conteúdo: O processo legislativo para a instituição e modificação da TFRM. O objeto da ação, o interesse de agir e as matérias ainda pendentes de apreciação pelo STF na ADI n° 4.785. O controle de constitucionalidade e a alteração ou revogação do dispositivo impugnado via ADI. [1163355] CAM AGU

SADDY, André. Taxa de polícia para registar, acompanhar e fiscalizar atividades minerárias. **Boletim de Direito Administrativo**: BDA, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 258-272, mar. 2012. Conteúdo: Competência sobre os recursos minerais. Fiscalização de polícia. Taxa sobre o poder de polícia.Taxa de poder de polícia dos estados e municípios sobre as atividades minerarias. Cooperação compartilhada entre os entes federativos quanto as atividades minerarias. [936342] SEN CAM CLD STJ STM TST **STF (DIG)**

SCAFF, Fernando Facury; SILVEIRA, Alexandre Coutinho da. Taxas de fiscalização sobre a exploração de recursos minerais. **Revista Dialética de Direito Tributário**, São Paulo, n. 210, p. 40-54, mar. 2013. [975006] SEN CAM STJ **STF (DIG)**

SCHWENDLER, Jaqueline Sousa Correia. É constitucional taxa instituída por Lei Estadual, em razão do poder de polícia fiscalizatório das atividades de pesquisa e exploração de recursos minerais. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 28, n. 109, p. 372-380, jan./mar. 2023. [1238222] STJ **STF**

SILVA, Herbert Pereira da. Inconstitucionalidade de leis estaduais e municipais que disciplinam a fiscalização, arrecadação e cobrança da CFEM. In: SOUZA, Marcelo Mendo Gomes de (coord.). **A compensação financeira pela exploração dos recursos minerais - CFEM**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. p. 169-186. [1149772] SEN AGU STJ TJD **STF 341.39643 C737 CFE**

SIQUEIRA, Lyssandro Norton; CASTRO JÚNIOR, Paulo Honório de; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves (org.). **Estudos sobre a tributação da mineração**. Belo Horizonte: Casa do Direito,

2021. 352 p. (Série: Direito Tributário Financeiro). Sumário disponível em: www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1211251. Acesso em: 4 out. 2023. [1211251] SEN STJ **STF 341.39643 E82 ETM**

SOUSA, Thaís Louzada de; RESENDE, Mariane de Sousa Assis. O mito do federalismo fiscal: a existência de bitributação na cobrança simultânea da CFEM e da TFRM. **Revista Direito Tributário Atual**, São Paulo, n. 30, p. 386-396 2014. Conteúdo: Análise da natureza jurídica da CFEM [Contribuição Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais] e da TFRM - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/163609/21_mito_federalismo_fiscal_sousa.pdf. Acesso em: 4 out. 2023. [1000326] STJ **STF (DIG)**

TRINDADE, Caio de Azevedo et al. A constitucionalidade da taxa de mineração do estado do Pará. In: DIAS, Jean Carlos; SIMÕES, Sandro Alex de Souza (coord.). **Direito, políticas públicas e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 293-339. [1052323] STM TCD TJD TST

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação – SAE
Coordenadoria de Biblioteca – CBIB
Referência de Circulação

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
Aline Lima Matos
Célia de Sá Marques de Castro
Leiber Cipriano Pinheiro
Márcia Soares de Oliveira Vasconcelos
Solange de Oliveira Jacinto

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Flávia Carvalho Coelho Arlant

DIAGRAMAÇÃO
Leonardo Ramsés Cunha Oliveira

